

A RELAÇÃO CAMPO- CIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA DE ESCOLAS RURAIS DE CATALÃO: entre o ideal e o essencial

Heloisa Vitória de CASTRO;
Mestranda do PPG/UFG/Campus Catalão/Membro do NEPSA/Bolsista CAPES
heloisavcp@hotmail.com
Vera Lúcia Salazar PESSÔA
Orientadora/PPG/UFG/Campus Catalão /PPGEO/UFU/Membro do NEPSA e NEAT/UFU
verinha.salazar@hotmail.com

Palavras-chave: Escola. Educação no/do campo. Ensino de Geografia. Currículo. Conteúdo

Introdução

Ao propor discutir a Educação Rural e sua atual perspectiva teremos que compreender como esta se constitui no cenário brasileiro. Envolve normalmente por interesses de cunho político, ideológico e econômico, apresenta elementos que podem remeter a liberdade do homem do campo de sua “ignorância” e a violência contra a cultura deste povo. Ao mesmo tempo em que a escola rural chega para garantir o direito à educação, ela muitas vezes ignorou os saberes do campo e quis tecnicá-lo. Desta forma, vamos nortear a atual realidade percorrendo alguns momentos históricos que contribuíram para a efetivação desta escola. De acordo com Leite (1999, p.14), “pensar a escola rural é pensar o homem rural, seu contexto, sua dimensão como cidadão, sua ligação com o processo produtivo.” Porém a educação do homem do campo muitas vezes foi marcada pelo desprezo e preconceito, acontecendo de forma instrumental e desqualificada.

A educação rural no Brasil se inicia ainda na República Velha, no final do século XIX, com o objetivo de inserir o país na modernidade do século XX, entendendo que a educação poderia ser esta alavanca. E por este mesmo ideal de modernidade pautado por uma sociedade urbano-industrial que se instalava no Brasil, é que a educação rural somente voltou a ser discutida após a intensa migração da população do campo para as áreas onde se iniciava a industrialização, já nos anos de 1910/1920. Preocupados com o crescimento da população urbana que, com certeza, traria problemas para a elite vigente, houve naquele momento um incentivo a volta ao campo ou fixação destas pessoas no campo.

O Ruralismo Pedagógico vai perdurar até a década de 1930. Com o início de transformação no modelo econômico agroexportador é que a escolaridade conquista um espaço mais amplo. Junto com estas mudanças econômicas, surge no Brasil o Manifesto dos

Pioneiros da Escola Nova que buscava diagnosticar e dar novos rumos às políticas educacionais, tendo como premissa que a educação deveria ser dada a todos os cidadãos, inspirados pelos ideais de uma escola democrática. Nesta proposta educação no campo ou na cidade eram igualmente contempladas. Entretanto havia uma separação entre a educação das elites e das classes populares.

Após a II Guerra Mundial surgiu um novo olhar para a escola rural, agora a educação rural estaria de acordo com a política externa norte-americana, momento em que foi criado o CBAR (Comissão Brasileiro-americana de Educação das Populações Rurais). Mais uma vez criou-se a expectativa de mudar a realidade da educação no campo. Com a criação do Programa de Extensão Rural, acreditou-se que as populações do campo experimentariam a mesma realidade norte-americana. Porém, com uma forte característica de ensino informal, o projeto se propunha como um programa diferenciado ou até mesmo incompatível com o caráter centralizado e curricular do ensino escolar. O programa tinha como base material da ação educativa a empresa familiar. Para eles o importante era convencer a todos os membros da família a usarem os recursos técnicos para aumentarem a produção e em conseqüência o bem estar social.

O período de 1950 a 1996 vai testemunhar a criação de três leis importantes que direcionaram a educação no Brasil, são elas a LDB 4024/61, Lei 5692/71 que complementava a anterior e que discutia a estruturação do ensino fundamental e secundarista e a LDB 9394/96. A estruturação da escola fundamental da zona rural pela LDB 4024/61 ficaria a cargo dos municípios, desta forma, omitindo-se quanto as responsabilidades e necessidades da escola rural, já que a maioria dos municípios não tinham condições financeira de assumir tal encargo. Segundo Leite (1999, p.39) “[...] com uma política educacional nem centralizada, nem descentralizada, o sistema formal de educação rural sem condições de auto-sustentação [...] entrou num processo de deteriorização, submetendo-se aos interesses urbanos.”

Diante deste impasse, o momento acabou sendo propício para o surgimento de movimentos populares, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e posteriormente o Movimento Educacional de Base (MEB). A ideologia destes movimentos estava sustentada nas condições de trabalho dos trabalhadores rurais e outras entidades que protegiam os até então desprezados da zona rural, esta luta dos movimentos culminou com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4.214/63.

A Lei 5.692/71 foi aprovada em meio à efervescência do período militar e ao interesse destes em manter a ordem. Dessa forma, ao invés de grandes transformações, acentuaram-se as divergências sociopolíticas existentes na escolaridade do povo brasileiro e consagrou o elitismo que

sempre esteve presente nas decisões políticas no nosso país. Esta lei estava distanciada da realidade da população rural por se pautar principalmente na profissionalização do ensino e tratar os trabalhadores rurais como possível mão - de- obra a ser absorvida pelo mercado.

Ao analisarmos a história da educação rural, vamos nos deparar em muitos momentos com a precarização da educação e a negligência do poder público. Em muitas leis da educação vamos encontrar elementos que foram níveis de educação destacados porém dentre estes até a década de 1990, não está a valorização do professor da escola rural, organização curricular coerente com a realidade vivida e construção de escolas que acolham estes alunos com maiores condições. Poderíamos descrever diversos problemas que a escola rural enfrenta atualmente (2011) e o quanto que o homem do campo tem o seu espaço social invadido e não preservado.

A LDB 9.394/96, prevê para a escola rural um planejamento condizente com a realidade vivida pelos seus alunos, de certa forma desurbanizados . De acordo com Leite (1999),“não estão explicitamente colocados, na nova LDB, os princípios e as bases de uma política educacional para as populações camponesas.” No âmbito social e educacional vimos o quanto a cultura ruralista vem sendo distanciada do que se ensina na escola. O meio rural é muitas vezes visto como “atrasado”, “caipira” e desconectado com o mundo urbano, deixando de levar em consideração todo conhecimento trazido do campo e de suas tradições. No ano de 2010 foi aprovado o Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e podemos perceber ao analisar o Decreto nº 7.352 que os princípios ora estabelecidos vão ao encontro de uma perspectiva de uma educação do/no campo, surgindo como política educacional que procura dialogar com a realidade da população do campo, respeitando sua diversidade e particularidades. Ao se tratar das particularidades do homem do campo, podemos entender que ele é dono de uma cultura própria, envolta em tradições e saberes que constituíram o espaço rural.

Material e Métodos

A pesquisa será conduzida com base na Metodologia da Pesquisa-ação por entender que esta tem natureza argumentativa. Esta proposta metodológica de acordo com Thiollent (2004) leva o pesquisador a compreender “que é possível estabelecer o vínculo entre, de um lado, o raciocínio hipotético e as exigências de comprovação, e por outro lado, as argumentações dos pesquisadores e participantes.” Nossa proposta metodológica não estará pautada apenas em levantar dados burocráticos sobre as questões voltadas a realidade da

escola rural e do papel da Geografia nestes espaços, mas também de compreender o que estes participantes têm a dizer sobre sua própria realidade. Para Demo (2009, p.36), a pesquisa poderia ser definida como “diálogo inteligente com a realidade, tomando-o como processo e atitude, e como integrante do cotidiano.” Desta forma os procedimentos metodológicos adotados serão: pesquisa teórica, documental e pesquisa de campo.

Resultados e discussões

Diante de toda adversidade enfrentada pela escola rural, as questões relativas à como é passado esta cultura camponesa e seus saberes para os alunos das escolas rurais, se faz pertinente. Inclusive por ser muitas vezes um impulsionador da migração do campo para cidade, até mesmo pela supervalorização da cidade e do que ela representa. Neste sentido se fundamenta nossos questionamentos:-Como o ensino de Geografia estabelece a relação cidade-campo em turmas multiseriadas e seriadas nas escolas rurais? Qual a realidade do ensino de Geografia nas escolas rurais multiseriadas e de ciclo? Como os saberes do campo são relacionados no ensino de Geografia?

A pesquisa está em andamento na Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita e conta com a participação de docentes, direção, coordenação e alunos de 9 a 15 anos matriculados do 3. ao 5. ano, sendo que 11 estão matriculados em uma sala seriada e 20 alunos são de uma sala multiseriada que participa do Programa da Escola Ativa. Inicialmente os alunos estão respondendo questionários individuais e entrevistas coletivas, sendo que, os questionários além de escritos têm um espaço para ilustração. Os docentes, a direção e a coordenação irão responder questionários e entrevistas individuais. Todas as técnicas desenvolvidas estão voltadas a abordagem da relação campo-cidade e a valorização da cultura do campo. Após a interpretação dos elementos levantados durante a pesquisa de campo, será realizado uma análise do material didático de Geografia utilizado nas salas multiseriadas e seriadas da escola pesquisada para compreender como é representada a relação campo-cidade nas escolas rurais de Catalão.

Conclusão

A constituição da escola no/do campo traz elementos que permeiam o direito universal à educação e o papel que a escola se propõe a assumir no campo, estabelecendo uma relação que se situa entre o ideal e o essencial. Desta forma, norteamos a atual realidade percorrendo alguns momentos históricos que contribuíram para a efetivação desta escola.

Tendo a cidade de Catalão como referência para a pesquisa, buscamos compreender a histórica social e política da cidade e a sua influência determinante para a constituição das escolas rurais neste município. A partir desta análise nos propomos através da pesquisa de campo trazer a percepção dos atores da escola no/do campo sobre a relação campo-cidade no ensino de Geografia.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural**. São Paulo: FTD, 1990. 176 p.

_____. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009. 244 p.

BRASIL. DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília, 2010.

BRASILIA (DF). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas: cadernos SECAD 2**. Brasília (DF), 2007. 81p.

CATALÃO. Secretaria Municipal de Educação. 2010. Apresenta textos sobre as unidades escolares da rede municipal de Catalão.

Disponível em: < <http://www.catalao.go.gov.br/educacao/indec.htm>>

Acesso em: 19 nov. 2010.

DEMO, Pedro. **Princípio científico e educativo**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2009. v.14.

FLORES, Maria Marta Lopes. **Escola nucleada rural: histórico e perspectivas Catalão/ Go (1988-2000)**. 2000. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) –Faculdade de Educação/Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. v.70.

PESSOA, Jadir de Moraes. Extensões do rural e educação. In: PESSOA, Jadir de Moraes (Org.) **Educação e ruralidades**. Goiânia: UFG, 2007. 229p. p. 13-28

SOUZA, Francilane Eulália. O papel das escolas do campo para o fortalecimento do campesinato na disputa territorial no estado de Goiás. In: Souza, Francilane Eulália (Org.). **Geografia e educação do campo: para que e para quem serve a educação no campo do Estado de Goiás?** Goiânia: Vieira, 2010. 179 p. p. 11-32

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 103 p.